

**RESOLUÇÃO SEEDUC Nº 6018 DE 15 DE DEZEMBRO
DE 2021**

**DISPÕE SOBRE ROTINAS DE ORGANIZAÇÃO
DE QUADRO DE HORÁRIOS E ALOCAÇÃO DE
PROFESSORES DENTRO DAS UNIDADES
ESCOLARES DA SEEDUC, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE EDUCAÇÃO , no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº SEI-030029/012127/2021,

CONSIDERANDO:

- que a educação constitui direito social, de caráter inalienável, sendo obrigatória a oferta da Educação Básica por parte do Poder Público, sob pena de responsabilização, conforme definido pela [Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional](#) em seu art. [5º](#), [§ 4º](#);
- os preceitos pedagógicos interdisciplinares adotados por esta SEEDUC, que através de suas proposições curriculares promovem a religação dos saberes como instrumento do fazer pedagógico, onde a informação é compreendida como aspecto e não fim do processo formativo, fomentando ações interdisciplinares e plurais de regência, integradas a sua respectiva área do saber e não cerceadas a conceitos inertes e pragmáticos;
- a necessidade do Poder Público de reorganizar permanentemente as unidades escolares em suas faces pedagógica, de infraestrutura e de pessoas, de modo a preservar a oferta de Educação Básica e garantir de maneira integral a realização do período/ano letivo;
- a organização do quadro de servidores de acordo com os termos do Decreto-Lei nº [220](#)/1975, art. [4º](#) e Decreto nº [2.479](#)/1979 de 08 de março de 1979, art. [72](#), [§ 2º](#), que definem, em síntese, que a formação do quadro funcional responderá a demanda da instituição de ensino, definindo assim eventuais cenários de carência ou disponibilidade funcional;
- a Rotina de Aproveitamento de Professores Docente II que visa, por meio de reconhecimento da formação acadêmica,

realizar ações de progressão funcional e combate à evasão através da efetiva alocação docente, previstas no Decreto nº 42.883, de 17 de março de 2011 e regulamentada pelas Resoluções SEEDUC nº 4.686, de 11 de abril de 2011 e nº 5.527, de 20 de junho de 2017;

- a necessidade de estabelecer critérios e normas que regulamentem a distribuição dos componentes curriculares no Quadro de horários e a alocação de professores regentes nas unidades escolares da Secretaria de Estado de Educação;

- as normas estabelecidas pela Portaria SEEDUC/SUGEN nº 419, de 27 de setembro de 2013, no que se refere à participação dos professores nas ações do planejamento na unidade escolar;

RESOLVE:

CAPÍTULO I

DO QUADRO DE HORÁRIOS

Art. 1º - A presente Resolução tem por objeto estabelecer rotinas quanto aos procedimentos de organização, alocação, manutenção e construção do Quadro de Horários das unidades escolares da Rede Pública Estadual de Ensino.

Art. 2º - Para fins desta Resolução, considera-se Quadro de Horários a organização e distribuição semanal dos tempos de aulas dos componentes curriculares previstos nas matrizes vigentes para alocação de professores.

Art. 3º - A Direção da unidade escolar, em conjunto com a equipe técnico-pedagógica, deverá elaborar, por escrito, o Quadro de Horários das aulas do ano letivo seguinte, durante o período de confirmação de turnos e vagas, para que o mesmo seja inserido no Sistema Conexão Educação assim que estiver disponível ao diretor, conforme disposto nesta Resolução.

Parágrafo Único - O planejamento do Quadro de Horários da unidade escolar e sua inserção no Sistema Conexão Educação ou ferramenta que eventualmente o substitua tem caráter periódico e rotineiro, ocorrendo, preferencialmente, ao final de cada período letivo ou no recesso, podendo ser semestral ou anual, conforme o caso específico, observado ainda o atendimento a eventuais demandas de caráter emergencial.

CAPÍTULO II

DAS DIRETRIZES

Art. 4º - Para uma organização mais eficiente dos horários das aulas e dos componentes curriculares das matrizes dos cursos implementados na Rede, a Direção da unidade escolar deverá observar:

I- o quantitativo necessário de professores para atender a toda a demanda da escola;

II - a distribuição eficiente e equilibrada dos componentes curriculares;

III - a disponibilidade de horário dos professores regentes para ministrarem suas aulas.

Art. 5º - A indicação da disponibilidade, apresentada pelo professor, não assegura a alocação do mesmo no horário sugerido, podendo o docente ser alocado em dias e horários diferentes do que fora apresentado, tendo em vista que compete à Direção da unidade escolar o planejamento, elaboração e a melhor adequação do Quadro de Horários, priorizando a organização pedagógica e o interesse do aluno.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO DOS COMPONENTES CURRICULARES

Art. 6º - O cadastro do horário operacional e o lançamento das aulas no Quadro de Horários deverão ser iniciados imediatamente após a liberação das turmas no Sistema Conexão Educação, sendo finalizados dentro do prazo definido pela Superintendência de Gestão de Pessoas.

Art. 7º - Caberá à Direção da unidade escolar, antes de iniciar a alocação das aulas, observado o prazo mencionado no art. 6º, verificar e validar com a respectiva Diretoria Regional:

I- modalidades;

II - turmas;

III - turnos;

IV - salas de aula;

V- matrizes curriculares.

§ 1º - A organização dos tempos de aulas de cada componente curricular deverá, prioritariamente, de forma a propiciar o melhor aproveitamento das aulas pelos alunos, obedecer às regras abaixo:

I - atender à concentração prevista nas áreas de conhecimento das matrizes curriculares, sem que a carga horária total de um único componente seja disponibilizada na mesma turma e no mesmo dia;

II - distribuir a carga horária dos componentes curriculares, preferencialmente, nos 05 (cinco) dias úteis semanais, desde que seja respeitada a alocação mínima de 03 tempos diários de aula;

III - alocar as aulas aos sábados somente após autorização da respectiva Diretoria Pedagógica e validação da Superintendência de Gestão das Regionais Pedagógicas;

IV - considerar, no momento da montagem do horário, os tempos das aulas optativas de ensino religioso e língua estrangeira;

V- distribuir a carga horária dos componentes curriculares em uma mesma turma, preferencialmente, da seguinte forma:

a) no caso de componentes curriculares com 02 (dois) tempos semanais, distribuir a carga horária em tempos seguidos, preferencialmente, sem intercalar com o horário de intervalo;

b) no caso de componentes curriculares com 03 (três) tempos semanais, distribuir a carga horária em, no máximo, 02 (dois) dias, em tempos seguidos e, preferencialmente, sem intercalar com o horário de intervalo;

c) no caso de componentes curriculares com 04 (quatro) tempos semanais ou mais, distribuir a carga horária em, no mínimo, 02 (dois) dias, em tempos seguidos, independente do horário de intervalo.

§ 2º - A alocação dos componentes curriculares nas turmas de Educação de Jovens e Adultos do Ensino Médio e nas turmas das unidades escolares da Diretoria Especial de Unidades Prisionais e Socioeducativas, considerando o horário operacional de 04 (quatro) tempos de aula, poderá ser efetivada

distribuindo-se os 04 (quatro) tempos de modo consecutivo, em uma mesma turma.

Art. 8º - Havendo necessidade de excepcionalizar as situações previstas nos incisos e alíneas do art. 7º, a Direção deverá solicitar autorização por ofício e aguardar o parecer da Diretoria Regional Pedagógica, a qual deverá cientificar a Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

Art. 9º - Os horários de funcionamento das turmas, seus intervalos, bem como a distribuição dos componentes curriculares no Quadro de Horários, deverão estar de acordo com o estabelecido nas matrizes curriculares em vigência, para os turnos e modalidades de ensino oferecidos pela unidade escolar.

Art. 10 - Caberá a Superintendência de Planejamento e Integração das Redes, caso necessário, ajustar turmas criadas durante a fase do planejamento de turnos e vagas e avaliar a necessidade de ampliação de oferta de turmas e/ou vagas, em parceria com a Diretoria Regional Pedagógica e a Coordenação de Gestão e Integração da Rede.

§ 1º - Compete a Subsecretaria de Gestão de Ensino - SUGEN a criação das turmas de projetos especiais.

§ 2º - Caberá à Diretoria Regional Pedagógica, com a colaboração da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, orientar a Direção da unidade escolar em relação à organização das aulas através da distribuição dos componentes curriculares, buscando um melhor aproveitamento dos alunos.

CAPÍTULO IV

DA ALOCAÇÃO DOS PROFESSORES NO QUADRO DE HORÁRIOS

Art. 11 - De forma a contribuir com a organização pedagógica e de recursos humanos da unidade escolar, a alocação do professor deverá respeitar a distribuição dos componentes curriculares no Quadro de Horários, previamente elaborado pela Direção e pela equipe técnico-pedagógica, que será realizada obedecendo aos seguintes critérios:

I - iniciar a alocação dos professores, obrigatoriamente, a partir das nas séries/anos/módulos finais de cada segmento, de forma que não haja carência nessas turmas;

II - alocar somente 01 (um) professor por componente curricular em cada turma;

III - o mesmo professor deverá suprir todos os tempos de seu componente curricular, em uma mesma turma, em conformidade com a matriz curricular vigente;

IV - a matrícula do professor deverá estar, prioritariamente, integralizada na mesma unidade escolar;

V - a carga horária destinada às atividades pedagógicas complementares deverá ser cumprida dentro da unidade escolar, cabendo à Direção zelar pelo seu cumprimento. Ocorrendo a necessidade da complementação de carga horária em outra unidade escolar, ela deverá ser distribuída equitativamente entre as escolas;

VI - a carga horária de efetiva regência de turma do professor deverá ser distribuída da seguinte forma:

a) Professores Docentes I - 16 (dezesseis) horas semanais: mínimo, dois dias da semana;

b) Professores Docentes II - 22 (vinte e duas) horas semanais: mínimo, dois dias da semana;

c) Professores Docentes I - 30 (trinta) horas semanais: mínimo, três dias da semana;

d) Professores Docentes I - 40 (quarenta) horas semanais: mínimo, três dias da semana;

e) Professores Docentes II - 40 (quarenta) horas semanais: mínimo, três dias da semana.

§ 1º - Matrículas alocadas, na mesma unidade escolar, em quantitativo de dias inferiores ao permitido no inciso VI do presente artigo só poderão ocorrer em casos excepcionais, mediante autorização expressa da Superintendência de Gestão de Pessoas.

§ 2º - O professor poderá ser alocado com até duas matrículas no mesmo componente curricular de uma mesma turma, sem contrariar o previsto nos incisos II e III deste artigo.

Art. 12 - Para definir o quantitativo de professores necessários em função de regência na unidade escolar, a Direção deverá utilizar como base de cálculo o número de turmas, matriz curricular e carga horária do cargo.

Art. 13 - A alocação das matrículas dos professores em efetiva regência de turma deverá respeitar, por ordem de prioridade, os critérios abaixo:

I - o componente curricular de ingresso do Professor Docente I e a disciplina de atuação do Professor Docente II em Rotina de Aproveitamento, tendo em vista a equiparação dos cargos para fins de alocação.

II - o tempo de lotação do professor na unidade escolar, nas funções de regente, Diretor e Diretor Adjunto, observando-se a prioridade de alocação conforme o disposto no inciso I do art. 11 desta Resolução.

§ 1º - Para atendimento ao disposto no inciso II deste artigo, considera-se como regência a atuação especificamente em sala de aula, em qualquer componente curricular, não sendo computadas, neste caso específico, as funções de magistério para fins de aposentadoria especial.

§ 2º - O Diretor e o Diretor Adjunto que retornar à regência de turma no decorrer do ano letivo, deverá ser alocado nas carências existentes na Unidade Escolar sem alterar o Quadro de Horários já estabelecido, valendo esta regra para todos os servidores retornando de atividade extraclasse e redução de carga horária, bem como os dispensados das funções de Orientador Educacional, Assistente Operacional Escolar, Coordenador Pedagógico, Agente de Pessoal, Auxiliar de Agente de Pessoal, Secretário, AAGE - Agente de Acompanhamento de Gestão Escolar.

§ 3º - Caso a unidade escolar de lotação não apresente carência, o professor citado no parágrafo anterior deste artigo deverá ser encaminhado à Coordenadoria de Gestão de Pessoas para movimentação e, na hipótese de ser considerado excedente no âmbito da Regional/município, deverá ser alocado em função/atividade extraclasse na própria lotação ou em outra, desde que haja vaga e sejam respeitados os critérios previstos no Capítulo VI da presente Resolução.

§ 4º - O professor dispensado da função de Diretor ou Diretor Adjunto, citado no § 3º deste artigo, movimentado para outra unidade escolar, que tenha interesse em retornar à última lotação para compor o Quadro de Horários do ano subsequente, usufruindo da sua antiguidade deverá retornar à Coordenadoria de Gestão de Pessoas no período de 01 a 30 de novembro, do ano da sua dispensa, para manifestar seu interesse e regularizar seu retorno, desde que validado pela Diretoria Regional.

§ 5º - Será computada a soma total do tempo de permanência do professor na unidade escolar de lotação, a partir da data da última movimentação.

§ 6º - Nas Regionais/Municípios onde não há mais turmas e oferta de matrícula para o Ensino Fundamental - Anos Finais os Professores Docentes I com ingresso em Ciências Físicas e Biológicas serão reconhecidos, para fins de prioridade de alocação, pelo componente curricular identificado na análise documental pela Coordenadoria de Inspeção Escolar, garantindo o mesmo tratamento destinado aos Professores Docentes I no componente curricular de ingresso e aos Professores Docentes II em Rotina de Aproveitamento.

§ 7º - Os Professores Docentes I com ingresso no componente curricular em Ciências Físicas e Biológicas de que trata o parágrafo anterior e os Professores Docentes II em Rotina de Aproveitamento, deverão definir em conjunto com a Direção da unidade escolar de lotação o componente curricular identificado na análise documental pela Coordenadoria de Inspeção Escolar que será cadastrado no Sistema Conexão Educação para aplicação da regra prevista neste artigo.

§ 8º - Os professores com lotação na unidade escolar terão prioridade de alocação diante daqueles que estão complementando a carga horária na mesma escola, em face da necessidade de verificação da possibilidade da integralização de sua matrícula.

§ 9º - Nenhum professor poderá complementar carga horária em outra unidade escolar sem a apresentação da C.I. de movimentação expedido pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

§ 10 - Na impossibilidade de integralizar seus tempos na lotação de origem, o professor mencionado no parágrafo 9º poderá, no ano letivo seguinte, manter a complementação de carga horária na mesma unidade escolar, não sendo necessária a expedição de nova C.I. de movimentação.

§ 11 - Os Professores Docentes concursados em regime de 30 (trinta) e 40 (quarenta) horas semanais nas unidades escolares que funcionam, exclusivamente, no turno integral e/ou ampliado, respeitando os critérios previstos neste artigo, nos incisos I e II.

§ 12 - Professores que participaram de formação e/ou especialização pela Secretaria de Estado de Educação ou em instituição externa para ministrar componentes curriculares diversificados, tais como disciplinas eletivas e/ou projetos pedagógicos para além da Base Nacional Comum, terão prioridade na alocação no componente sobre o qual enquadra a sua formação e/ou especialização, devendo permanecer, preferencialmente, em atividade por, no mínimo, 03 (três) anos.

§ 13 - Não falta de professor com formação e/ou especialização mencionada no parágrafo anterior, o componente curricular diversificado poderá ser atendido por outro docente desde que sejam considerados os critérios previstos nos incisos I e II do presente artigo e que o mesmo concorde em participar da formação em serviço.

§ 14 - As unidades escolares que integram programas e projetos especiais obedecerão às normas regulamentadas por esta Resolução.

§ 15 - O professor cedido ao Colégio do Corpo de Bombeiros Militar terá assegurado seu possível retorno à unidade escolar de origem, sendo considerado como contagem ininterrupta o tempo na unidade, para fins de verificação de antiguidade na alocação no Quadro de Horários, nos termos do Decreto nº 46.953 de 19 de fevereiro de 2020 ou ato que o substitua.

§ 16 - Para atendimento ao disposto neste artigo, serão utilizadas, como critérios de desempate, as seguintes situações:

- a) total de faltas não abonadas no ano letivo anterior;
- b) total de códigos de impontualidade no ano letivo anterior;
- c) total de afastamentos temporários no ano letivo anterior;

d) lançamento de notas no Sistema Conexão Educação dentro do prazo estipulado.

Art. 14 - Observados os critérios descritos neste capítulo, a Direção deverá listar os professores lotados na unidade escolar, por ordem de classificação e alocar os professores regentes nos respectivos tempos e componentes curriculares.

§ 1º - A Direção deverá dar publicidade à lista classificatória prevista no presente artigo.

§ 2º - Os professores que se encontrarem em afastamento temporário e não puderem informar a sua disponibilidade no período de montagem do Quadro de Horários serão alocados pela Direção nas vagas ainda existentes, respeitando-se a ordem classificatória.

§ 3º - Visando a efetiva busca pela integralização, o professor que não conseguir ter alocada toda a sua carga horária na unidade escolar de lotação, por falta de oferta no componente curricular de ingresso, poderá atuar, total ou parcialmente, em outro componente, dentro da área de conhecimento prevista na matriz curricular vigente, desde que habilitado pela Coordenadoria de Inspeção Escolar, respeitando-se a finalização da alocação de todos os docentes do mesmo componente curricular de ingresso.

§ 4º - Ainda visando à efetiva busca pela integralização, quando existir a possibilidade de alocação de todos os tempos da carga horária do professor na unidade escolar, mas ele não se adequar ao horário oferecido, esses tempos serão ofertados aos próximos classificados para integralização da carga horária, devendo a Direção registrar em ata assinada por duas testemunhas a recusa ou a impossibilidade do professor.

§ 5º - Ficam excluídos do parágrafo anterior os casos de professores com conflitos de horário, ou com conflitos de carga horária entre o cargo e o componente curricular de ingresso (atuação) previsto na matriz curricular vigente.

Art. 15 - A complementação da carga horária em outra unidade escolar deverá respeitar o limite máximo de escolas dispostos nos incisos abaixo, de acordo com o cargo do professor:

I- Professores Docentes I - 6 (dezesseis) horas semanais e Professores Docentes II - 22 (vinte e duas) horas semanais em Regime de Aproveitamento poderão atuar, no máximo, em até 02 (duas) Unidades Escolares.

II - Professores Docentes I - 30 (trinta) horas semanais, Professores Docentes I - 40 (quarenta) horas semanais e Professores Docentes II - 40 (quarenta) horas semanais, em Regime de Aproveitamento, poderão atuar, no máximo, em até 03 (três) Unidades Escolares.

§ 1º - O professor deverá ser alocado em unidades escolares que apresentem as maiores ofertas de carência, a fim de completar toda a carga horária referente ao seu cargo.

§ 2º - O professor que desejar, voluntariamente, atuar em quantidade de unidades escolares superior ao número máximo definido neste artigo, deverá manifestar-se através de declaração de próprio punho à Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

Art. 16 - Além dos critérios previstos neste Capítulo deverão ser observados para Rotina de Aproveitamento de Professor Docente II os dispostos no Decreto nº 42.883/2011, na Resolução SEEDUC nº 4.686/2011 e na Resolução SEEDUC nº 5.527/2017, ou em normas que as substituam.

Art. 17 - A Direção da unidade escolar deve registrar e manter atualizado o Quadro de Horários no Sistema Conexão Educação, em consonância com as diretrizes estabelecidas na presente Resolução.

Art. 18 - A Coordenadoria de Gestão de Pessoas deverá convocar a Direção da unidade escolar sempre que identificada necessidade de justificar e/ou regularizar o Quadro de Horários no Sistema Conexão Educação.

Art. 19 - Caberá ao Diretor registrar no Sistema Conexão Educação o código correspondente ao componente curricular que apresentar carência, especificando o tipo:

I- Carência real - para os componentes curriculares sem professores ou derivados de afastamentos definitivos.

II - Carência temporária - para os componentes curriculares dos professores com afastamentos temporários.

CAPÍTULO V

DA REALOCAÇÃO DOCENTE

Art. 20 - Após a construção do Quadro de Horários, caberá à Direção da unidade escolar divulgar sua organização, afixando-o em local apropriado e de amplo acesso a toda comunidade escolar, de modo a garantir publicidade.

Art. 21 - Para fins dessa Resolução, considera-se a realocação docente como procedimento administrativo no qual os professores que, eventualmente, não tenham sido alocados - total ou parcialmente - em turmas para efetivo exercício da regência na unidade escolar de origem, sejam transferidos para unidades escolares com carência.

§ 1º - Identificados pela Direção da unidade escolar os docentes descritos no caput do presente artigo, com carga horária livre total ou parcial, após a conclusão do Quadro de Horários, deverão ser encaminhados à Regional, através de ofício com a justificativa para realocação.

§ 2º - O professor encaminhado à Coordenadoria de Gestão de Pessoas para o procedimento de realocação terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento do ofício de apresentação emitido pela Direção da Unidade Escolar, para se apresentar e realizar os procedimentos de realocação.

Art. 22 - Caberá à Coordenadoria de Gestão de Pessoas oferecer as vagas disponíveis das unidades escolares, na seguinte ordenação:

I- na disciplina de ingresso:

- a)** no Município de lotação do professor;
- b)** nos Municípios adjacentes da Regional de lotação do professor; **c)** nos Municípios adjacentes de outras Regionais.

II - na rotina de segunda habilitação:

- a)** no Município de lotação do professor;
- b)** nos Municípios adjacentes da Regional de lotação do professor; **c)** nos Municípios adjacentes de outras Regionais.

Art. 23 - Caso não ocorra a rotina de realocação docente dentro do prazo de 05 dias úteis no Sistema Conexão Educação, o Coordenador de Gestão de Pessoas deverá:

I - em caso de carga horária livre total providenciar, no sexto dia útil, a primeira de 3 (três) convocações do professor em Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ).

II - encaminhar um ofício à Direção da unidade escolar de lotação do professor, na mesma data da primeira publicação no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ), através do qual será dada e registrada a devida ciência ao professor convocado.

III - ao final do prazo da última convocação, caberá ao Agente de Pessoal da Regional movimentar para a lotação provisória da Coordenadoria de Gestão de Pessoas, registrar as ocorrências e, ao completar 10 (dez) faltas consecutivas, aplicar-se-á o disposto na Lei Complementar nº [85](#), de 13 de junho de 1996, considerando-se como abandono de cargo para fins disciplinares.

IV - em caso de carga horária livre parcial, no sexto dia útil, alocar os tempos excedentes do professor em unidade escolar onde for verificada a existência de vaga no âmbito da Regional, onde serão computadas as ocorrências de frequência, com validade a contar da data de alocação do professor na escola de complementação.

V- emitir Circular Interna de movimentação nos casos previstos nos incisos III e IV do presente artigo para comunicar ao Diretor da unidade escolar de complementação e o de origem, cabendo a este último dar ciência ao professor.

VI - solicitar à Direção da unidade escolar de complementação, nos casos de carga horária livre parcial, que seja registrado mensalmente, no “Mapa de Controle de Frequência de Complementação”, gerado do Sistema Conexão Educação, as respectivas ocorrências dos professores, emitir, até o primeiro dia do mês subsequente, a declaração de frequência mensal a ser entregue ao professor para envio à unidade de lotação para o devido registro.

Art. 24 - É de responsabilidade da Coordenadoria de Gestão de Pessoas monitorar, diariamente, a alocação da carga horária dos professores no Quadro de Horários, através do relatório de carga horária livre do Sistema Conexão Educação, e aplicar as regras previstas no presente Capítulo.

CAPÍTULO VI

DA ALOCAÇÃO DOS SERVIDORES EM ATIVIDADE EXTRACLASSE

Art. 25 - Os Professores Docentes I e II somente poderão assumir as funções/atividades de Agente de Leitura, Professor Articulador Pedagógico, Auxiliar de Secretaria ou outras estabelecidas por esta Secretaria se, mesmo após rotina de realocação, permanecerem com carga horária livre total.

Parágrafo Único - os Professores Docentes I e II, excedentes, somente serão alocados em funções/atividades previstas no caput deste artigo em unidades escolares que apresentarem vagas, considerando o quantitativo previsto na Resolução SEEDUC nº 5.664 de 19 de julho de 2018 ou norma que a substitua.

Art. 26 - Para alocação nas funções/atividades de Agente de Leitura, Professor Articulador Pedagógico e Auxiliar de Secretaria na unidade de lotação, será considerada, como critério para definir prioridade de alocação dos servidores, a antiguidade na função em exercício na unidade escolar.

§ 1º - Para atendimento ao disposto neste artigo, serão utilizadas como critérios de desempate as situações abaixo, na seguinte ordem:

- I**- Professor Assistente Administrativo I e II;
- II** - Professor readaptado em função extraclasse;
- III** - Professor Docente.

§ 2º - Os Professores Docentes I que se encontrarem alocados nas funções /atividades previstas no presente artigo deverão ser reconduzidos para sala de aula, caso existam carências nos componentes curriculares de ingresso, na seguinte ordem:

- I**- na unidade escolar de exercício;
- II** - em outra no âmbito do mesmo município da unidade escolar de exercício;
- III** - de outros municípios da respectiva Regional, desde que adjacentes ao município da unidade escolar de exercício;
- IV** - em municípios adjacentes de outras Regionais, desde que adjacentes ao município da unidade escolar de exercício.

§ 3º - Existindo mais de um Professor Docente do mesmo componente curricular no caso previsto no § 2º, do art. 25, será encaminhado ao processo de realocação o Professor:

I- com a lotação mais recente na unidade escolar;

II - o que estiver menos tempo na função extraclasse.

§ 4º - Os Professores readaptados poderão atuar como Agente de Leitura ou Professor Articulador Pedagógico desde que suas restrições não conflitem com as atribuições relativas a essas funções/atividades, conforme avaliação realizada pela Perícia Médica, observando-se o quantitativo máximo estabelecido na Resolução SEEDUC nº 5.664, de 19 de julho de 2018 ou ato que a substitua.

Art. 27 - É de responsabilidade do Coordenador de Gestão de Pessoas autorizar a alocação dos professores nas funções/atividades Agente de Leitura, Professor Articulador Pedagógico e Auxiliar de Secretaria, controlar e ajustar o quantitativo desses servidores de acordo com a Resolução SEEDUC nº 5.664, de 19 de julho de 2018 ou ato que a substitua.

CAPÍTULO VII

DO LANÇAMENTO DOS AFASTAMENTOS E LISTAGEM DOS SERVIDORES

Art. 28 - Caberá ao Agente de Pessoal ou Diretor da unidade escolar lançar e manter atualizados os afastamentos temporários e definitivos dos servidores no Sistema Conexão Educação, imediatamente após a comunicação pelo servidor ou documentação comprobatória.

Parágrafo Único - Os afastamentos registrados no Sistema Conexão Educação devem estar em consonância com o Cartão de Frequência Trimestral do Servidor, Mapa de Controle de Frequência/MCF e Registros no Sistema de Integrado de Recursos Humanos/SIGRH.

Art. 29 - Os servidores que forem movimentados deverão ter sua lotação imediatamente atualizada no Sistema Conexão Educação e no Sistema de Integrado de Recursos Humanos/SIGRH pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas na data da expedição da documentação.

Parágrafo Único - A Direção deverá conferir mensalmente a listagem de servidores lotados na sua unidade escolar, no MCF e no Sistema Conexão Educação e, havendo alteração, apresentar documentação comprobatória que justifique a retificação à Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 30 - É responsabilidade da Coordenadoria de Quadro de Horários da Superintendência de Gestão de Pessoas da Subsecretaria de Gestão Administrativa o acompanhamento da organização e manutenção do Quadro de Horários das unidades escolares da SEEDUC.

Art. 31 - A Direção da unidade escolar que não aplicar as diretrizes estabelecidas na presente Resolução, na construção e manutenção do Quadro de Horários, estará sujeita às sanções administrativas previstas no artigo [292](#), do Decreto nº [2479](#) de 08 de março de 1979 ou norma que eventualmente o substitua, promovidas pela Coordenadoria de Gestão de Pessoas e Diretoria Pedagógica, em conjunto, por comprometer a garantia de oferta da educação básica no âmbito de cada Regional.

Art. 32 - Os casos omissos e as situações excepcionais e específicas poderão ser avaliados e redefinidos pela Subsecretaria de Gestão Administrativa.

Art. 33 - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial a Resolução SEEDUC nº 5804 de 27 de setembro de 2019 e retificação publicada em 05/12/2019.

Rio de Janeiro, 15 de dezembro de 2021

ALEXANDRE VALLE

Secretário de Estado de Educação